



Agência de Defesa
Agropecuária
do Estado do Ceará



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura

CONTRATO Nº 013/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O ESTADO DO CEARÁ, POR MEIO DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ – ADAGRI, E DO OUTRO LADO A EMPRESA LBM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A **AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ – ADAGRI**, pessoa jurídica de direito público interno, constituída sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei estadual nº 13.496/2004, alterada pela Lei nº 14.481, de 08 de outubro de 2009, com CNPJ nº 07.421.806/0001-00, sede e endereço nesta Capital, na Av. Bezerra de Menezes, nº 1.820, São Gerardo, CEP 60.834-220, daqui em diante designada apenas como ADAGRI, neste ato legalmente representada pelo seu Presidente, **JOSÉ JAIME BEZERRA RODRIGUES JÚNIOR**, com RG nº 99002076496, SSP/CE, e CPF nº 213.683.763-04 residente e domiciliado em Fortaleza, Ceará, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LBM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.324.222/0001-34, com sede à Avenida Antônio Sales, nº 2772 – sala 26, 27 – Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, Cep 60.135-102 Fone: (85) 3224-0584, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **MARIA VANEIDE TOMÉ**, brasileira, solteira, gerente comercial, com endereço na Rua Maria Pinheiro Campelo, nº 649, Lago a Redonda, portadora do RG sob o nº 95013018198 - SSP/CE e CPF sob o nº 817.304.113-04, tendo em vista o resultado da licitação sob forma de Pregão Presencial, N.º 0001/2018, conforme Processo Administrativo VIPROC nº 1234190/2018, têm entre si justa e acordada a celebração do presente **Contrato**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto Estadual 28.089, de 10/01/2006, e, subsidiariamente os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, devidamente homologado pela autoridade competente, Sr. José Jaime Bezerra Rodrigues Júnior, e a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste Termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente Contrato tem por objeto à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada, cujos os empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), nos quantitativos e categorias de: **4 (quatro) Motoristas, 4 (quatro) Auxiliares de Gestão I, 3 (três) Auxiliares Técnico III, 9**

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará • Av. Bezerra de Menezes, 1820 – São Gerardo
Cep: 60834-220 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.2500 • Fax: (85) 3101.2499

G:\PROJUR\Juridico\2018\CONTRATOS\CONTRATO Nº 013 2018 LBM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - terceirização.doc



1



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 60452708212731367970-1
Data: 27/08/2021 17:03:24
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALY09310-0Q4P;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB





(nove) Assistentes Administrativo (capital), 15 (quinze) Assistentes Administrativo (interior), 5 (cinco) Auxiliares Técnico II, 1 (um) Auxiliar de Gestão IV, 1 (um) Auxiliar Técnico IV, 1 (um) Contador, 2 (dois) Advogados e 19 (dezenove) auxiliares de serviços gerais (interior), para atender as necessidades das áreas meio da ADAGRI.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços, objeto deste Termo serão realizados nas dependências da CONTRATANTE, SEDE DA ADAGRI, sito a Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo, Fortaleza (CE) e nas suas 40 Núcleos Locais;

3.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 O valor contratual global importa na quantia de R\$ 2.865.904,56 (Dois milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado a CONTRATADA, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês consecutivo à realização dos serviços, devidamente atestado pela área competente, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura de serviço e recibo correspondente, através de depósito bancário em conta a ser fornecida pela própria CONTRATADA, exclusivamente no Banco Brasileiro de Descontos S/A – BRADESCO;

5.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções;

5.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do anexo I do edital do Pregão Presencial nº 20180001;

5.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

5.5.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

5.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará • Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo
Cep: 60834-220 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.2500 • Fax: (85) 3101.2499

G:\PROJUR\Juridico\2018\CONTRATOS\CONTRATO Nº 013 2018 LBM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - terceirização.doc

2



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 60452708212731367970-2
Data: 27/08/2021 17:03:25
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALY09311-79T3;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB





6.1. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.2. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aquelas decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos financeiros correrão à conta da CONTRATANTE, cujos recursos serão proveniente das Dotações Orçamentárias: 51200001.20.122.500.22304.15.33903700.1.00.00.0.20 e 51200001.20.609.052.22842.03.33903700.1.00.00.0.30, devendo ser desembolsados no período de duração do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO CONTRATUAL

8.1. O prazo de duração do contrato será contado a partir da data de assinatura, até completar 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério da administração, nos termos da legislação pertinente.

CLAÚSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 19.7.1 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará • Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo
Cep: 60834-220 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.2500 • Fax: (85) 3101.2499

G:\PROJUR\Juridico\2018\CONTRATOS\CONTRATO Nº 013 2018 LBM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - terceirização.doc



3





cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.

10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.9. Apresentar mensalmente junto à CONTRATANTE no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a CONTRATANTE. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a CONTRATADA vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela CONTRATANTE.

10.10. Manter durante toda a execução contratual, um escritório instalado na cidade de Fortaleza, com toda a infra-estrutura adequada, para atender as necessidades da CONTRATADA no intercâmbio financeiro e de recursos humanos.

10.11. Apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da CONTRATANTE, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.

11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, inclusive com o fornecimento de

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará • Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo
Cep: 60834-220 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.2500 • Fax: (85) 3101.2499

G:\PROJUR\Juridico\2018\CONTRATOS\CONTRATO Nº 013 2018 LBM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - terceirização.doc



4



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 60452708212731367970-4
Data: 27/08/2021 17:03:25
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALY09313-C4ZN;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB





Agência de Defesa
Agropecuária
do Estado do Ceará



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura

equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

11.3. Fiscalizar o objeto deste contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

11.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.

11.7. Solicitar que a CONTRATADA realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da CONTRATADA em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11.9. Reembolsar a CONTRATADA os valores decorrentes de pagamentos de **diárias**, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da CONTRATADA a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.10. Reembolsar à CONTRATADA os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de **horas extras**, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Gerência Administrativa e Financeira da ADAGRI, através do servidor: Sr(a). Marcos Antônio Nunes Barreto, Gerente Administrativo-Financeiro, executor do contrato, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará • Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo
Cep: 60834-220 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.2500 • Fax: (85) 3101.2499

G:\PROJUR\Juridico\2018\CONTRATOS\CONTRATO Nº 013 2018 LBM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - terceirização.doc



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 60452708212731367970-5
Data: 27/08/2021 17:03:25
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALY09314-C7NE;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB





13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações estará sujeito sem prejuízo das sanções legais na esfera civil e criminal, as seguintes sanções administrativas:

a) Advertência, quando do descumprimento de obrigações assumidas, desde que não acarrete grande prejuízo à execução do contrato e à administração.

b) Multas estipuladas na forma a seguir:

I) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

II) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

III) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência.

IV) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei no 8.666/93, observada a condição resolutiva, art. 79, III, ressaltando que a referida contratação está contemplada através de decisão judicial.

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará • Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo
Cep: 60834-220 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.2500 • Fax: (85) 3101.2499

G:\PROJUR\Juridico\2018\CONTRATOS\CONTRATO Nº 013 2018 LBM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - terceirização.doc





Agência de Defesa
Agropecuária
do Estado do Ceará



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura

14.2. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei no 8.666/93, à CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1o a 4o, da Lei citada.

14.2. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado do Ceará.

15.2 E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, do qual extraíram-se 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza (CE), 18 de Outubro de 2018.


JOSE JAIME BEZERRA RODRIGUES
JÚNIOR

PRESIDENTE DA ADAGRI


MARIA VANEIDE TOMÉ
REPRESENTANTE DA EMPRESA LBM
SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI
CONTRATADO

Testemunhas:

01.

RG:
CPF:

02

RG:
CPF:

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará • Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo
Cep: 60834-220 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.2500 • Fax: (85) 3101.2499

G:\PROJUR\Juridico\2018\CONTRATOS\CONTRATO Nº 013 2018 LBM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - terceirização.doc

